

2. Lei 8.112/90

Autor: Diego Dias | Grupo: Policial Legislativo | Data: 18/10/2025 10:10

Disposições Gerais

1. Conteúdo

[[79]]

Exercícios

[[81]] [[82]] [[83]] [[84]]

2. Conteúdo

[[85]]

Exercícios

[[90]] [[91]] [[92]] [[93]] [[94]] [[95]] [[96]] [[97]] [[98]] [[99]] [[100]] [[101]]

ITENS RELACIONADOS

📄 Artigo #79

1. Regime dos Servidores Públicos Federais (Lei 8.112/90)

Autor: Diego Dias

Disposições Gerais O Regime Jurídico Único para os servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional consta na Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Trata-se de uma Lei Federal e, portanto, aplica-se exclusivamente à União. Dessa forma, os estados e municípios devem possuir leis próprias estabelecendo o regramento para os seus servidores públicos. Além disso, as regras da Lei 8.112/1990 só alcançam os órgãos da administração direta, das autarquias e das fu...

📄 Artigo #85

2. Nomeação (Lei 8.112/90)

Autor: Diego Dias

A nomeação é a única forma de provimento originário admitida no ordenamento jurídico brasileiro. Pode ocorrer para:

Cargo efetivo: exige aprovação prévia em concurso público (provas ou provas e títulos) **Cargo em comissão:** dispensa concurso, sendo de livre nomeação e exoneração

Vínculo com a Administração

A nomeação independe de vínculo anterior com o Poder Público Mesmo que o nomeado já ocupe outro cargo, a nova nomeação é considerada originária, pois não há rela...

❏ Questão #81

Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90

Autor: Diego Dias

A Lei n.º 8.112/1990 se aplica a todos os indivíduos que trabalham no serviço público federal, incluindo os servidores da administração federal, os militares e os empregados públicos.

ALTERNATIVAS:

A) Verdadeira

B) Falsa ✓ **GABARITO**

COMENTÁRIO DO GABARITO:

Essa é uma questão sobre o âmbito de aplicação da Lei 8.112/1990. Nesse contexto, é importante saber que:

- A Lei 8.112/1990 se aplica exclusivamente aos servidores públicos estatutários da:
 - Administração Direta (de todos os Poderes)
 - Autarquias
 - Fundações públicas
- A Lei não se aplica:
 - Aos militares, que se submetem ao Estatuto dos Militares
 - Aos ocupantes de emprego público, regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)
 - Aos servidores temporários, que seguem legislação própria

❏ Questão #90

Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90

Autor: Diego Dias

Promoção e readaptação são formas de provimento em cargo público.

ALTERNATIVAS:

A) Verdadeira ✓ **GABARITO**

B) Falsa

COMENTÁRIO DO GABARITO:

Muito simples! São formas de provimento previstas na Lei 8.112/1990:

- Nomeação
- Promoção
- Readaptação
- Reversão
- Aproveitamento
- Reintegração
- Recondução

❏ Questão #91

Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90

Autor: Diego Dias

Maria, servidora pública federal estável, integrante de comissão de licitação, recebeu vantagem econômica indevida para favorecer uma empresa em processo licitatório. Após processo administrativo disciplinar, foi demitida.

Caso a penalidade aplicada seja posteriormente invalidada por meio de sentença judicial, Maria deverá ser reintegrada ao cargo anteriormente ocupado.

ALTERNATIVAS:

A) Verdadeira ✓ **GABARITO**

B) Falsa

COMENTÁRIO DO GABARITO:

A forma de provimento decorrente da invalidação da demissão é a reintegração, que garante o retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado. A reintegração pode ocorrer por decisão judicial ou administrativa, e o item está correto, pois o enunciado não restringe a forma de invalidação.

❏ Questão #92**Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90**

Autor: Diego Dias

João, servidor público federal aposentado por invalidez, com 70 anos de idade, solicitou a reversão de sua aposentadoria. Mesmo que a junta médica oficial conclua que ele está apto para o exercício profissional, a administração deverá indeferir sua solicitação.

ALTERNATIVAS:**A) Verdadeira ✓ GABARITO****B) Falsa****COMENTÁRIO DO GABARITO:**

A reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado, podendo ocorrer:

- De ofício: quando cessam os motivos da aposentadoria por invalidez.
- A pedido: medida discricionária, com os seguintes requisitos:
 1. Solicitação do servidor
 2. Aposentadoria voluntária
 3. Estabilidade na atividade
 4. Aposentadoria nos últimos 5 anos
 5. Existência de cargo vago
 6. Menos de 70 anos de idade (Art. 27 da Lei 8.112/1990)

Apesar da LC 152/2015 ter elevado a aposentadoria compulsória para 75 anos, a idade limite para reversão permanece 70 anos, até que nova legislação altere esse ponto.

❏ Questão #93**Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90**

Autor: Diego Dias

Após reforma administrativa no Poder Judiciário, cargos de servidores estáveis foram extintos. O retorno desses servidores à atividade poderá ocorrer por recondução, ocupando cargos compatíveis.

ALTERNATIVAS:**A) Verdadeira****B) Falsa ✓ GABARITO****COMENTÁRIO DO GABARITO:**

Quando há extinção de cargos ou reorganização administrativa, os servidores estáveis são

colocados em disponibilidade, até seu aproveitamento (Art. 37, §3º da CF).

A recondução aplica-se apenas:

- Ao servidor inabilitado em estágio probatório para outro cargo.
- Ao servidor que ocupava cargo cujo anterior ocupante foi reintegrado.

Forma correta de provimento no caso: Aproveitamento

❏ Questão #94

Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90

Autor: Diego Dias

Servidor público investido em novo cargo compatível com limitações decorrentes de acidente de trânsito está em provimento originário.

ALTERNATIVAS:

A) Verdadeira

B) Falsa ✓ **GABARITO**

COMENTÁRIO DO GABARITO:

A situação descrita configura readaptação, prevista no Art. 24 da Lei 8.112/1990, que é forma de provimento derivado.

A única forma de provimento originário é a nomeação.

❏ Questão #95

Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90

Autor: Diego Dias

Cidadão aprovado em concurso público, considerado inapto na inspeção médica oficial prévia à posse, deverá ser readaptado em cargo diverso.

ALTERNATIVAS:

A) Verdadeira

B) Falsa ✓ **GABARITO**

COMENTÁRIO DO GABARITO:

A readaptação ocorre quando o servidor já está investido em cargo público e sofre limitação posterior.

A Lei 8.112/1990 exige aptidão física e mental como requisito básico para investidura (Art. 5º, VI) e posse (Art. 14).

Portanto, o candidato não poderá tomar posse, nem ser readaptado.

❏ Questão #96

Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90

Autor: Diego Dias

São formas de provimento de cargo público: nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.

ALTERNATIVAS:

A) Verdadeira ✓ **GABARITO**

B) Falsa

COMENTÁRIO DO GABARITO:

Conforme o Art. 8º da Lei 8.112/1990, são formas de provimento (NAP 4R):

- Nomeação: única forma de provimento originário e para cargos em comissão.
- Promoção: ascensão dentro da carreira.
- Readaptação: compatibilidade com limitação física ou mental.
- Reversão: retorno de servidor aposentado.
- Aproveitamento: retorno de servidor em disponibilidade.
- Reintegração: retorno após anulação de demissão.
- Recondução: retorno ao cargo anterior por inabilitação ou reintegração do anterior ocupante.

❏ Questão #97

Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90

Autor: Diego Dias

Servidores estáveis com cargos extintos retornam à atividade por recondução.

ALTERNATIVAS:

A) Verdadeira

B) Falsa ✓ **GABARITO**

COMENTÁRIO DO GABARITO:

O retorno de servidores em disponibilidade ocorre por aproveitamento, não recondução.

A recondução aplica-se a:

- Inabilitação em estágio probatório
- Reintegração do anterior ocupante

❏ Questão #98

Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90

Autor: Diego Dias

Analista nomeado para cargo em comissão não pode ser nomeado, mesmo interinamente, para outro cargo de confiança.

ALTERNATIVAS:

A) Verdadeira

B) Falsa ✓ **GABARITO**

COMENTÁRIO DO GABARITO:

Segundo o Art. 9º da Lei 8.112/1990, é possível a nomeação interina para outro cargo de confiança, desde que:

- Sem prejuízo das atribuições do cargo atual
- O servidor opte pela remuneração de um dos cargos

❏ Questão #99

Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90

Autor: Diego Dias

Servidor estável demitido por desvio de verbas, após comprovar inocência judicialmente, deverá ser reintegrado ao cargo.

ALTERNATIVAS:

A) Verdadeira ✓ GABARITO

B) Falsa

COMENTÁRIO DO GABARITO:

A reintegração ocorre quando há anulação da demissão, por decisão judicial ou administrativa, com ressarcimento de vantagens.

❏ Questão #100

Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90

Autor: Diego Dias

Reintegração é o retorno do servidor aposentado à atividade.

ALTERNATIVAS:

A) Verdadeira

B) Falsa ✓ GABARITO

COMENTÁRIO DO GABARITO:

O retorno do servidor aposentado é chamado de reversão.
A reintegração refere-se à anulação da demissão de servidor estável.

❏ Questão #101

Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90

Autor: Diego Dias

Cargos de confiança vagos só podem ser preenchidos, mesmo interinamente, por nomeação.

ALTERNATIVAS:

A) Verdadeira ✓ GABARITO

B) Falsa

COMENTÁRIO DO GABARITO:

A nomeação é o único meio de provimento para cargos em comissão, inclusive interinamente (Art. 9º, II da Lei 8.112/1990).

❏ Questão #82

Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90 (2)

Autor: Diego Dias

Considere que Joana, servidora pública da Universidade de Brasília (UnB), tenha recebido documentação para a instrução do processo administrativo de posse de um professor estrangeiro em um cargo público da universidade. Nessa situação, Joana deve desconsiderar a não apresentação, pelo professor, do documento comprobatório de nacionalidade brasileira, devendo dar prosseguimento ao referido processo.

ALTERNATIVAS:

A) Verdadeira ✓ **GABARITO**

B) Falsa

COMENTÁRIO DO GABARITO:

De acordo com o art. 5º da Lei 8.112/1990, são requisitos básicos para investidura em cargo público:

- Nacionalidade brasileira
- Gozo dos direitos políticos
- Quitação com as obrigações militares e eleitorais
- Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo
- Idade mínima de dezoito anos
- Aptidão física e mental

Entretanto, o §3º do mesmo artigo estabelece:

“As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.”

Portanto, Joana poderá desconsiderar a ausência do documento de nacionalidade brasileira, pois esse requisito é dispensável para universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.

❏ Questão #83**Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90 (3)**

Autor: Diego Dias

Além dos requisitos básicos previstos na Lei n.º 8.112/1990, as atribuições de determinados cargos públicos podem exigir que outros requisitos sejam instituídos por lei para que ocorra a investidura do servidor.

ALTERNATIVAS:**A) Verdadeira ✓ GABARITO****B) Falsa****COMENTÁRIO DO GABARITO:**

Conforme o art. 5º da Lei 8.112/1990, os requisitos básicos são:

- Nacionalidade brasileira
- Gozo dos direitos políticos
- Quitação com as obrigações militares e eleitorais
- Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo
- Idade mínima de dezoito anos
- Aptidão física e mental

Além disso, o §1º do mesmo artigo prevê que as atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos, desde que estabelecidos em lei.

❏ Questão #84**Questão: Direito Administrativo: Lei 8.112/90 (4)**

Autor: Diego Dias

Um dos requisitos de acessibilidade aos cargos públicos é a nacionalidade brasileira, não sendo permitida, portanto, aos estrangeiros a ocupação de cargo na administração pública.

ALTERNATIVAS:**A) Verdadeira****B) Falsa ✓ GABARITO****COMENTÁRIO DO GABARITO:**

A Constituição Federal permite o acesso aos cargos públicos por estrangeiros, desde que previsto em lei. Trata-se de norma de eficácia limitada, pois depende de regulamentação legal.

Na União, a Lei 8.112/1990 considera a nacionalidade brasileira como requisito básico (art. 5º, I), mas prevê exceção:

“As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros.”

Portanto, é possível o ingresso de estrangeiros em cargos públicos, desde que respeitadas as condições legais.

Documento gerado em 19/10/2025 11:25:17 via FeedJur

FeedJur